



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Araranguá**

Av. Coronel João Fernandes, 195 - Bairro: Centro - CEP: 88900-904 - Fone: (48)3403-5045 - Email:  
ararangua.civel1@tjsc.jus.br

**DESAPROPRIACAO Nº 5017034-71.2025.8.24.0004/SC**

**AUTOR:** MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

**RÉU:** ZULMA BARCELOS RAMOS

**RÉU:** DORILDO PREZALINO RAMOS

**DESPACHO/DECISÃO**

Município de Maracajá ajuizou a presente ação em face de Dorildo Prezalino Ramos e Espólio de Zulma Barcelos Ramos, por meio da qual requer a concessão de tutela provisória de urgência para determinar a imissão provisória na posse do imóvel matriculado sob o n. 7.288 no Cartório de Registro de Imóveis de Araranguá/SC.

Pede isso sob o fundamento de que a desapropriação é condição indispensável para a inclusão do município no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) – Novo PAC, conforme autorizado pela Lei Municipal n. 1.522/2025.

É o relatório. Decido.

O pedido de imissão provisória na posse em sede de desapropriação por utilidade pública submete-se ao disposto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/41, que exige, para seu deferimento, a declaração de urgência e o depósito de quantia arbitrada.

Em sede de cognição sumária, os requisitos da utilidade pública e da urgência mostram-se devidamente preenchidos. A utilidade pública emana da Lei Municipal n. 1.522/2025 (e. 1.5), que afetou o imóvel à finalidade de construção de moradias populares. A urgência, por sua vez, é justificada pelo cronograma de execução de política pública habitacional financiada por recursos federais (Portaria n. 892/2025 - e. 1.14), cuja contratação será feita conforme a ordem de encaminhamento das propostas completas pelos municípios.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência para determinar a imissão provisória do Município de Maracajá na posse do imóvel descrito na inicial.

A expedição do respectivo mandado, contudo, fica condicionada à comprovação do depósito judicial do valor correspondente à avaliação administrativa indicada na inicial (R\$ 300.000,00 - e. 1.13), o que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de revogação desta decisão.

Comprovado o depósito, expeça-se o mandado com urgência, autorizados desde já o reforço policial e o arrombamento, se estritamente necessários.

No mais, cumpra-se conforme determinado abaixo:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Araranguá**

1. **Cite-se** a parte ré por meio eletrônico ou, se isso não for possível, pelo correio, por carta registrada com aviso de recebimento, para que integre a relação processo e, no prazo de 15 dias, querendo, apresente resposta, sob pena de revelia, observados os demais requisitos do art. 250 do Código de Processo Civil (CPC, art. 248, §3º).

2. Caso da parte ré tenha domicílio em local sem número residencial ou se por qualquer outra razão não for possível a citação pelo correio, **expeça-se mandado**, independentemente de novo despacho, observados os requisitos do art. 250 do Código de Processo Civil e a eventual necessidade de recolhimento de diligência. Deverá, ainda, constar no mandado a autorização do art. 212, §2º, do Código de Processo Civil.

A citação pelo correio **também será substituída por mandado** sempre que, sendo impossível a citação eletrônica, tratar-se de ação de estado (divórcio, p. ex.) ou se o citando for incapaz ou pessoa jurídica de direito público;

3. Frustrada a citação em razão de a parte ré não residir no local indicado pela parte autora, **proceda-se** à busca do endereço no SINESP (INFOSEG).

3.1. Caso o endereço seja diverso daquele indicado na inicial, **cite-se** na forma determinada no item 1 ou 2, conforme o caso.

3.2. Caso não seja encontrado novo endereço, **cite-se** por edital, observando-se as formalidades do art. 257 a 259 do CPC. Após o decurso do prazo, caso a parte ré não compareça espontaneamente ou constitua advogado, **proceda** à nomeação de curador especial, seguindo a ordem da lista de advogados cadastrados, para apresentação manifestação (ou resposta) no prazo legal. Neste caso a audiência, se houver, deverá ser cancelada.

4. Apresentada resposta, **intime-se** o autor para, em até 15 dias úteis, manifestar-se sobre **a.** preliminares, **b.** fatos impeditivos, modificativos ou extintivos alegados pelo réu e **c.** documentos juntados com a resposta. No mesmo prazo, poderá, querendo, **d.** aditar a petição inicial nas hipóteses dos arts. 338 e 339 do CPC e **e.** responder a eventual reconvenção ou pedido contraposto;

5. Depois, **intimem-se** ambas as partes para que, em até 15 dias, manifestem interesse na produção de outras provas. Com fundamento no art. 5º, LXXVIII, da Constituição, o requerimento de **prova testemunhal** deverá indicar a(s) alegação(ões) de fato contida(s) na inicial ou contestação que, *sendo controversas e não provadas por documentos nem comprováveis apenas por perícia*, serão demonstradas testemunhas. No mesmo prazo deverá ser apresentado o rol. Se houver requerimento de **perícia**, deverá ser delimitado seu objeto. Se for requerida a produção de **prova documental**, a parte deverá discorrer sobre o cabimento da juntada tardia nos termos do art. 435, caput e parágrafo único, do CPC. A justificativa é essencial para que o juízo possa avaliar a pertinência da prova (CPC, art. 370, parágrafo único) e sua ausência poderá acarretar o indeferimento e, sendo o caso, o julgamento antecipado do mérito;

6. Após, **se nenhuma prova for requerida**, venham conclusos para sentença; do contrário, voltem conclusos para saneamento e organização do processo.

7. Caso a parte autora, intimada a realizar diligência essencial ao andamento do processo, não se manifeste, **intime-se** pessoalmente, pelo correio preferencialmente para dar andamento ao processo no prazo 5 dias úteis (CPC, art. 485, §1º).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Araranguá**

---

Documento eletrônico assinado por **VALTER DOMINGOS DE ANDRADE JUNIOR, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **310086755321v9** e do código CRC **d367b2ce**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): VALTER DOMINGOS DE ANDRADE JUNIOR

Data e Hora: 27/11/2025, às 13:17:59

---

**5017034-71.2025.8.24.0004**

**310086755321.V9**